

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 01). -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 04 de Janeiro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Paula Rama, por não ter estado presente na referida reunião. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 3 – Aquisição de artigo matricial rústico 4759 – PLIA -----

----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1 – Contrato da Empreitada: “Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR) – Fase V – UP 11 (Vala da Cova)” – aprovação. -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 5. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) – comentários sobre a proposta de Dezembro de 2009. -----

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----

----- 5. Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho: Ascensor Mecânico – Percurso Pedonal Assistido -----

----- - Projecto, Caderno de Encargos -----

----- - Elementos para aprovação -----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA (DECASF) -----

----- 2 – XXIII Carnaval para a Infância e Juventude.-----

----- V – DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO (DDJTLT) -----

----- 2. Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho – pedido de isenção de taxas de utilização do Pavilhão Municipal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- PROPOSTAS -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que de acordo com a reestruturação em curso dos serviços, por motivos da conclusão das Comissões dos Departamentos que operaram a 4 e 12 de Janeiro, emitiu alguns despachos que alteraram algumas das responsabilidades e chefias internas, nomeadamente no que diz respeito e conforme já tinha referido numa reunião de Câmara anterior, à manutenção da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro e à nomeação em gestão corrente do Engenheiro Miranda, pelo período de 90 dias no Departamento do Ordenamento do Território e em regime de substituição, por 60 dias no Departamento de Investimentos Municipais. -----

----- Ao mesmo tempo foram nomeados como Chefes de Divisão, em regime de substituição, o Arquitecto Miguel Figueira (Planeamento Territorial e Gabinete de Estudos e Projectos) e o Dr. Paulo Teixeira (Divisão Financeira). -----

----- Mais disse que também foram abertos concursos para Directores de Departamento do Ordenamento do Território e de Investimentos Municipais e serão abertos também dois lugares de Chefes de Divisão, um para cada um destes Departamentos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que os senhores Vereadores devem enviar a declaração anual de rendimentos enquanto titulares de cargos políticos ao Tribunal Constitucional, de acordo com o disposto no n.º 3 do art. 2.º da Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, independentemente de já o terem feito aquando da assumpção dos cargos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Deu conhecimento da aprovação da composição do Conselho Municipal de Segurança e da Comissão Municipal de Protecção Civil. Em paralelo e até porque algumas das adendas que estão feitas são apenas de pormenor, foram feitos já os procedimentos adequados para se poder realizar estas reuniões quer do Conselho Municipal de Segurança, quer da Comissão Municipal de Protecção Civil, dentro do mês de Janeiro para dar sequência, sobretudo no que diz respeito à Comissão Municipal de Protecção Civil que tem nessa área competência directa, na formulação de parecer sobre o Plano de Emergência e Risco do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Em relação a este assunto, na passada sexta-feira, dia 15 de Janeiro procedeu-se a uma série de eleições de representantes, que o executivo irá aprovar e ratificar aquando da discussão dos pontos agendados na Divisão de Apoio Especializado, para poder, dentro do prazo consagrado de convocatória e depois da realização do mesmo, durante o mês de Janeiro poderem concluir estes trabalhos, para depois serem presentes à Entidade Nacional de Protecção Civil e retornarem ao Executivo Municipal e enviados à Assembleia Municipal.

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Mais informou que no passado dia 15 de Janeiro do corrente teve oportunidade de estar presente na reunião que decorreu entre a GNR, os Presidentes de Junta de Freguesia, o responsável pela Protecção Civil de Montemor-o-Velho, onde foi feito um balanço do ano de 2009, que vai ser presente no dia 29 de Janeiro com maior rigor e com maior envolvimento aos Conselheiros que fazem parte das duas comissões por ele citadas anteriormente. -----

----- De qualquer forma, gostaria de deixar uma palavra de enaltecimento pelo trabalho que tem sido feito pelo Destacamento e pelo Posto da GNR locais, por uma situação clara: repara-se, face às estatísticas que, quer 2009, quer 2008, o número de acidentes no que diz respeito a sinistros e no que diz respeito à criminalidade, teve uma estabilização, nalguns casos com reduções significativas, no que diz respeito à gravidade. -----

----- Em relação à sinistralidade verificou-se que do ano de 2008 para 2009 houve mais um acidente, mas houve menos mortos, menos feridos graves e menos feridos ligeiros. -----

----- Quanto à criminalidade verifica-se e regista-se, independentemente da fragilidade social e económica em que se vive. Logicamente que não devem estar satisfeitos, porque basta haver uma destas circunstâncias, para pôr em causa a salvaguarda da defesa e segurança quer de pessoas, quer de bens. E em relação à criminalidade também existe uma estabilização de crimes registados. Em 2008 registaram-se 713 casos e em 2009 ocorreram 716, havendo uma diminuição clara de crimes contra as pessoas. Regista-se um aumento de crimes contra bens e contra património. -----

----- Independentemente do drama e da mediatização que pode ter tido um caso ou outro, na sua globalidade, a situação, se fizerem a análise destes rácios, face à população, face aos diferentes indicadores que o Município possui, os deve levar a estar atentos, mas com uma racionalidade que deve dividir entre o pessimismo e o optimismo, o equilíbrio suficiente para continuarem a combater estes flagelos. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a Bancada do Partido Socialista também comunga e é solidário com o elogio que o senhor Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

faz ao Destacamento da GNR, referindo ainda o elevado empenho e dedicação de todos os agentes, no trabalho que vêm desenvolvendo no concelho. Os Vereadores do Partido Socialista, dadas as suas funções não política, têm conhecimento disso e por isso também comungam do elogio que o senhor Presidente da Câmara faz. E os resultados das estatísticas não são alheios a esse excelente trabalho, também excelente direcção e comando actual do Destacamento.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO** -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que na Rua Conselheiro Mendes Pinheiro, um largo que dá acesso à Igreja Matriz, como é referenciado pelos habitantes da zona, o estacionamento é caótico e por isso impõe-se que se faça um ordenamento do estacionamento e que se crie um corredor de acesso, nomeadamente nos dias em que há missa, para que as pessoas possam circular naquele local.-----

----- Inclusivamente, e embora não seja competência da Câmara, alguns habitantes não conseguem entrar para as suas casas, por não haver esta ordenação do estacionamento.---

----- Mais disse que também lhe tinha sido comunicado que a recolha do lixo não está a ser feita de forma regular ou assídua, como se impõe. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** -----

----- **1-DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **SECÇÃO DE CONTABILIDADE** -----

----- **1 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS ÀS FREGUESIAS** -----

----- **– ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA** -----

----- **– 27 DE SETEMBRO DE 2009** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços dando conta de que foi transferida pela Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (antigo STAPE) para este Município, a importância de 1.301,81€ para fazer face às despesas com a Eleição da Assembleia da República – 27 de Setembro 09, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 72.º da Lei n.º 13/99, de 22 de Março. -----

----- Considerando o referido no n.º 1 do art.º 3.º do diploma legal acima referido, a verba transferida para cada município, poderá ser distribuída pelas freguesias do Concelho, podendo contudo a Câmara Municipal reservar para si até 10% do valor total da transferência. -----

----- O mapa com a distribuição das verbas pelas respectivas freguesias deste Concelho, para uma transferência de 100% do valor recebido. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade distribuir pelas Juntas de Freguesia a totalidade da verba transferida para o município, de acordo com o mapa que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- **2 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS ÀS FREGUESIAS** -----

----- **– ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS**-----

----- **– 11 DE OUTUBRO DE 2009**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços dando conta de que foi transferida pela Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (antigo STAPE) para este Município, a importância de 1.301,93€ para fazer face às despesas com a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais – 11 de Outubro 09, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 72.º da Lei n.º 13/99, de 22 de Março. -----

----- Considerando o referido no n.º 1 do art.º 3.º do diploma legal acima referido, a verba transferida para cada município, poderá ser distribuída pelas freguesias do Concelho, podendo contudo a Câmara Municipal reservar para si até 10% do valor total da transferência. -----

----- O mapa com a distribuição das verbas pelas respectivas freguesias deste Concelho, para uma transferência de 100% do valor recebido. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade distribuir pelas Juntas de Freguesia a totalidade da verba transferida para o município, de acordo com o mapa que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois. -----

-----**SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO**-----

----- **1 – AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DO LOTE 12** -----

----- **– ACESSO JUSANTE – CAR**-----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento da informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Na sequência da comunicação do senhor António Ferraz, entrada nesta Câmara no dia 21/12/2009, sobre a pretensão desta Câmara na aquisição de 2.666 m2 do lote 12 da Obra de Emparcelamento rural do Baixo Mondego, necessário à construção do Acesso Jusante do Centro de Alto Rendimento sou a informar o seguinte: -----

----- 1 – Foram tidas conversas com o proprietário do lote em causa, onde lhe foi esclarecida a pretensão da Câmara Municipal na aquisição de 2.666 m2 do lote; -----

----- 2 – Foi o mesmo esclarecido dos montantes pagos pela aquisição da parcela (1,59€/m2) e pela indemnização pelas culturas (0,48€/m2); -----

----- 3 – O que para a aquisição da parcela em causa perfaz um total de 5,518,62€, 4.238.94€ a título da aquisição e 1,279,68€ título da indemnização pelas culturas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- 4 – Veio agora o proprietário informar que se encontra disponível para a venda não da citada parcela, mas da totalidade do prédio. -----

----- 5 – O prédio em causa tem uma área total de 7.390 m2; -----

----- 6 – Assim, e de acordo com os valores indicados, esta aquisição significaria para a Câmara Municipal um valor total de 15,297.30€, 11.750,10€ a título da aquisição e 3.547,20€ a título da indemnização pelas culturas. -----

----- 7 – Importa esclarecer que o prédio em causa se situa fora do limite do concelho de Montemor-o-Velho, o que significa que não havendo acordo com o proprietário a Câmara Municipal não terá competência para requerer a utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias para a obra do acesso jusante do CAR. -----

----- 8 – Quanto à parcela em causa e decidindo a Câmara Municipal pela aquisição da totalidade do prédio, poderá existir interesse em futura permuta com um dos proprietários de outra parcela da mesma zona, o senhor António Rainho Correia Monteiro, proprietário do lote 32, parcela da qual a Câmara Municipal irá ocupar 1942 m2. -----

----- Considerando o exposto, importa que a Câmara Municipal delibere no sentido da aquisição ou da totalidade do prédio (7390 m2) ou apenas da parcela (2666 m2) que a Câmara Municipal pretende ocupar para que se efectue a respectiva escritura de compra e venda". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir a totalidade do prédio (7390 m2), pelo valor de total de 15,297.30€, 11.750,10€ a título da aquisição e 3.547,20€ a título da indemnização pelas culturas, ao senhor António Ferraz. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – PARCELA 47, CORRESPONDENTE AO LOTE 234 – PONTO DA --- ----- SITUAÇÃO PARA INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL --

----- Foi presente uma informação dos serviços que a seguir se transcreve:-----

----- "Das parcelas necessárias à construção do Centro de Alto Rendimento existe uma, parcela 47, correspondente ao lote 234, que está situada em dois concelhos, o de Montemor-o-Velho e o de Soure. -----

----- Tendo sido publicada a Declaração de Utilidade Pública urgente da expropriação, da qual esta faz parte integrante a parte da parcela que está inserida no concelho de Montemor-o-Velho, o que representa 9.736 m2 da parcela necessária, sendo que 24.628 m2 pertencem ao concelho de Soure. -----

----- Relativamente à parcela em causa Importa pois informar que:-----

----- 1 – A parcela em causa é propriedade de Maria Emília de Barcelos Brandão Soares Parente Mendes Godinho com morada em Rua dos moinhos, n.º 12 Tomar; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

- 2 – E é cultivada por Américo Oliveira Ângelo, conforme contrato de arrendamento rural entregue nesta Câmara a 15/12/2009;-----
- 3 – Foram tidas reuniões com o sobrinho da proprietária, o Sr. Francisco Alvarenga, que demonstrou desde logo a sua discordância quanto ao valor proposto para aquisição da parcela de terreno (1,59€/m2 valor da aquisição e 0,48€/m2 valor das culturas); -----
- 4 – A 04 de Novembro de 2008 foi apresentada nesta Câmara uma contraproposta da proprietária a estes valores propostos; -----
- 5 – Nessa contraproposta a proprietária veio dizer que não se opõe à venda da parcela, apenas se opõe ao valor unitário proposto, “por considerar que o mesmo está substancialmente abaixo dos valores de transacções correntes”; -----
- 6 – Propôs que o valor do solo fosse pago a 6,00€/ m2; -----
- 7 – A Câmara Municipal a 26 de Janeiro de 2009 deliberou requer a Resolução de Pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas de terreno do Centro de Alto Rendimento (CAR) e simultaneamente o início do procedimento de aquisição dessas mesmas parcelas, por via do direito privado, tendo o mesmo processo sido entregue na DGAL/Direcção Geral Das Autarquias Locais a 04 de Maio de 2009; -----
- 8 – Foi a interessada, bem como o rendeiro, notificados a 10/09/09 da publicação da Declaração de Utilidade Publica da Expropriação, com carácter de urgência, no Diário da República, 2.ª Serie, Declaração (extracto) n.º 312/2009, de 2 de Setembro;-----
- 9 – Na mesma data, foram igualmente notificados, para a realização da Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam a ter lugar no dia 23/09/09, pelas 9h30 na parcela; -----
- 10 – A vistoria em causa foi realizada nesse mesmo dia pelo Engenheiro Civil Francisco Ramos Moura, designado pelo Tribunal da Relação de Coimbra; -----
- 11 – A 17/11/2009 foi o Município de Montemor-o-Velho notificado de um procedimento cautelar instaurado pela senhora Maria Emília Barcelos Brandão Soares Parente Mendes Godinho, de embargo de obra nova;-----
- 12 – À notificação de procedimento cautelar foi apresentada, pelo advogado da autarquia, oposição ao pedido formulado; -----
- 13 – Teve lugar no dia 23/12/09 a audiência de julgamento;-----
- 14 – Nessa mesma data foi acordado pôr termo à providência cautelar, mediante a seguinte convenção: “Relativamente ao pedido de embargo é comumente aceite pelas partes que o Município de Montemor-o-Velho, só irá intervir no lote 234, parcela 47, correspondente ao artigo 1615 rústico da freguesia de Santo Varão, descrita sob o n.º 1174 na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho, que integra o perímetro de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

emparcelamento do bloco de Alfarelos, prédio esse que se situa na área geográfica dos concelhos de Montemor-o-Velho e Soure, a partir dos respectivos autos de investidura na posse.”; -----

----- 15 – Dessa mesma acta de audiência de julgamento consta que: o Município de Montemor-o-Velho reconhece que na parcela em causa foram efectuados trabalhos de escavação os quais porém não foram por si autorizados. -----

----- 16 – Tendo sido recepcionado o Auto da “Vistoria ad Perpetuam Rei Memoriam” na Câmara Municipal, foi o mesmo remetido aos interessados a 19/11/2009; -----

----- 17 – A 25/11/2009 foi efectuado na Caixa Geral de Depósitos, balcão de Montemor-o-Velho, o depósito do montante apurado pelo perito como o justo valor a pagar à proprietária (19.028,76€); -----

----- 18 – A 26/11/2009 veio o advogado da interessada, Dr. Urbano Rei, apresentar reclamação do auto de vistoria, referido no ponto 16; -----

----- 19 – Em 09/12/09 (antes, portanto, da instauração de providencia cautelar referida no ponto 11) havia sido realizada nesta Câmara Municipal uma reunião de trabalho com: o Dr. Urbano Rei, o Eng.º Francisco Alvarenga e o Eng.º Manuel Godinho por parte da interessada e a Câmara esteve representada pela: Vereadora Eng.ª Isabel Quinteiro, Directora do DAF Dr.ª Filomena Colaço e a Dr.ª Susana Grou; -----

----- 20 – Nessa reunião foi mais uma vez reforçada a intenção da Câmara Municipal adquirir a parcela 47 pelo valor deliberado pelo executivo municipal, proposta que mais uma vez, não obteve a anuência dos representantes da interessada; -----

----- 21 – Nesse mesmo dia, foi a Câmara Municipal notificada pelos Serviços do Ministério Público de Montemor-o-Velho da queixa-crime contra desconhecidos, instaurada por Maria Emília Barcelos Brandão Soares Parente Mendes Godinho; -----

----- 22 – Nessa notificação foi solicitada a identificação da vereadora referida na queixa, bem como a sociedade que procedeu aos trabalhos de escavação na parcela propriedade da queixosa; -----

----- 23 – A resposta a esta notificação foi efectuada a 14/12/2009, onde foi esclarecido que a vereadora presente na reunião citada na queixa era a Sr.ª Vereadora Eng.ª Isabel de Jesus Maurício Quinteiro e a Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.ª Filomena Maria Colaço Martins; -----

----- 24 – Foi igualmente esclarecido que não existe qualquer vereador afecto ao processo das expropriações; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- 25 – Remetida a reclamação ao perito, elaborou este relatório complementar que entrou nesta Câmara a 17/12/2009; -----

----- 26 – Foi este mesmo relatório complementar enviado ao advogado da proprietária em 17/12/2009; -----

----- 27 – Nesta mesma data, foram os interessados (proprietária e agricultor) notificados de mais uma tentativa de aquisição por via do direito privado, nos termos do artigo 33.º e seguintes do C.E., da parcela 47 pelo valor de 23.702,04€ e da transmissão da posse administrativa; -----

----- 28 – A posse administrativa da parcela teve lugar no dia 28 de Dezembro pelas 10h30, não tendo para o efeito comparecido qualquer um dos interessados, apesar de devidamente notificados; -----

----- 29 – O auto de posse administrativa foi remetido ao proprietário e agricultor a 04/01/2010; -----

----- 30 – Em 11/01/2010 foi efectuado o depósito à ordem do agricultor, Américo Oliveira Ângelo, no montante de € 4.673,28, de acordo com o disposto na alínea a) n.º 6 do artigo 20.º do C.E.; -----

----- 31– A 06/01/2010 deu entrada nesta Câmara um protesto ao relatório complementar do perito, apresentado pela proprietária, protesto esse que fica a constar dos autos, nada dispondo o C.E. sobre o seguimento a dar-lhe no contexto da expropriação. -----

----- Assim, nos termos e para os efeitos do n.º 9 do artigo 20.º do Código das Expropriações, a Câmara Municipal já pode utilizar a parcela para os fins da expropriação, pois já foi lavrado o auto de posse administrativa, podendo dar início aos trabalhos previstos, na parte da parcela que corresponde ao concelho de Montemor-o-Velho, cumprindo também assim o acordado na audiência de julgamento de 23/12/2009. -----

----- Relativamente à parte desta mesma parcela 234 situada no concelho de Soure, o procedimento de expropriação está a ser conduzido pelo Município de Soure, com o acompanhamento dos serviços desta autarquia de Montemor-o-Velho. Foi já publicada a D.U.P., no Diário da Republica 2.ª série, Declaração (extracto) n.º 379/200, de 27 de Outubro de 2009, tendo sido efectuada a Vistoria Ad Perpetuam Rei Memoriam no dia 11 de Dezembro pelo Engenheiro Júlio do Fundo Granjo, perito nomeado pelo Tribunal da Relação de Coimbra, encontrando-se neste momento, o Município de Soure, a aguardar o auto dessa mesma vistoria, para futura posse administrativa da parcela". -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- 3 – AQUISIÇÃO DE ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO 4759 – PLIA-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- “Na sequência da deliberação de Câmara de 02 de Dezembro de 2009 e de acordo com o relatório do perito da lista oficial, Eng.º Júlio do Fundo Granjo, foi decidida a aquisição do artigo matricial rústico 4759, sito em Covões, freguesia de Arazede, com uma área de 4350 m2, pelo montante de € 13.357,00, artigo este necessário a concretização do Pólo Logístico e Industrial de Arazede.-----

----- Notificado o proprietário, Joaquim Marques de Jesus, veio o mesmo informar que não se opunha à venda, contudo a área do prédio não seria a indicada, 4350 m2, mas sim 4772 m2, conforme caderneta predial, com a área rectificada, que o mesmo juntou ao processo.-----

----- Atento o exposto, vêm os serviços propor que seja feita a aquisição do artigo matricial rústico n.º 4759 pelo valor unitário proposto pelo perito 3,07€/m2, o que perfaz um total de € 14.650,04 para os 4772 m2.”-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir o artigo matricial rústico n.º 4759 pelo valor unitário proposto pelo perito 3,07€/m2, o que perfaz um total de € 14.650,04 para os 4772 m2, a Joaquim Marques de Jesus.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

----- 1 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS, PARA AS FESTAS EM HONRA -

----- DE N. SRª. DA PAZ, NO LUGAR DE MOINHO DA MATA, -----

----- FREGUESIA DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços que a seguir se transcreve:-----

----- “No passado dia 6 de Janeiro. A Comissão de Festas do Moinho da Mata apresentou, nestes serviços, um pedido para isenção de taxas para a prática de actos inerentes aos festejos em honra de Nossa Senhora da Paz, a realizar entre o dia 15 e 24 de Janeiro.-----

----- Os actos a que se refere o ponto anterior enquadram-se no ponto 1 do artº. 28º, artº. 121º e ponto 1.5, do artº. 122º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor nesta Câmara Municipal, ou seja, instalações provisórias, licença para a realização de espectáculos em recintos improvisados e licença especial de ruído para eventos.-----

----- Tendo em conta o disposto no n.º. 6, do artº 20º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, poderá”...haver lugar à isenção de taxas relativamente a eventos de manifesto interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respectivo Pelouro”.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- O pedido foi apresentado por uma Comissão de Festas constituída "ad hoc" exclusivamente para a organização das festividades religiosas da freguesia, actuando sem qualquer objectivo lucrativo e que apenas pretendem dar continuidade à tradição popular.

----- À semelhança de situações análogas, nomeadamente desde 8 de Novembro de 2007, tem o Senhor Presidente, proferido despachos de isenção de taxas e licenças devidas para a realização destas festividades, mediante pedido das respectivas Comissões de Festa.

----- Impõe-se, portanto, que a Câmara Municipal ratifique a isenção em causa, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 137.º Do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Submete-se ainda à apreciação do órgão executivo a possibilidade de pretender delegar a prática de actos desta natureza, ou seja, com enquadramento no n.º 6, do art.º 20º, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais no Presidente da Câmara, eventualmente com poder de subdelegação". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade isentar de taxas as Festas em Honra de N.ª Senhora da Paz, no lugar de Moinho da Mata. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----- – ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS RELATIVAMENTE A -----

----- EVENTOS DE MANIFESTO E RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL---

----- O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta:-----

----- "Tendo em conta o disposto no n.º 6, do art.º 20º. do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor neste Município, poderá "...haver lugar à isenção ou redução de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal...". -----

----- Frequentemente são apresentados requerimentos por Comissão de Festas constituídas "ad hoc", exclusivamente para a organização de festividades populares e/ou religiosas, actuando sem qualquer objectivo lucrativo e que apenas pretendem dar continuidade a tradições populares.-----

----- Os actos a que se refere o ponto anterior enquadram-se no ponto 1 do art.º 28º., art.º 121º e ponto 1.5, do art.º 122º. Da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor nesta Câmara Municipal, ou seja, instalações provisórias, licença para realização de espectáculos em recintos improvisados e licença especial de ruído para eventos. -----

----- Desta forma, dada a calendarização quinzenal das reuniões do executivo municipal, e no sentido de dar resposta às solicitações da natureza acima mencionada, proponho que o Executivo Municipal delibere delegar no Presidente da Câmara, com faculdades de subdelegação nos Vereadores, a competência acima referida, nos termos dos n.º 1 e 2, do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

artigo 65º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade delegar a prática de actos desta natureza, ou seja, com enquadramento no nº. 6, do artº. 20º, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais no Presidente da Câmara, eventualmente com poder de subdelegação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – DÍVIDA DE TERRADO DA FEIRA QUINZENAL -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, dando conta de que o feirante titular do direito de ocupação do Lote F 19 da Feira Quinzenal, tem em dívida as taxas de ocupação, relativas ao 2º semestre de 2009, no valor de 164,64€, e solicita que lhe seja autorizado o pagamento sem agravamento das taxas. -----

----- Consultados os arquivos, confirma-se o mencionado no requerimento relativamente a que este lote era da empresa Costa & Queirós, Lda. e que o requerente passou a ser titular do lote, a partir de 2009. -----

----- A 02/01/2009, o feirante procedeu ao pagamento do 1º semestre do terrado e não de todo o ano de 2009. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da dívida das taxas de ocupação, sem agravamento, relativas ao 2º semestre de 2009, no valor de 164,64€, do feirante titular do direito de ocupação do Lote F 19 da Feira Quinzenal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 15 de Janeiro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 606.475,75 € (seiscentos e seis mil quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos)) e em Operações de Tesouraria de 309.015,00€ (trezentos e nove mil e quinze euros). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 1 – CONTRATO DA EMPREITADA: "CENTRO NÁUTICO DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO (CAR) – FASE V-----

----- – UP 11 (VALA DA COVA)" – APROVAÇÃO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- “Na sequência da deliberação da Reunião de Câmara de 09 de Dezembro de 2009, na qual foi adjudicada a empreitada supra e para os efeitos no disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, junto se envia a minuta para a devida aprovação.

----- Mais se informa que, de acordo com as alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do referido Decreto – Lei, foram apresentados pela empresa Aquino, Construções, S.A., os documentos necessários para a celebração do referido contrato.-----

----- Foi ainda apresentada caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)”.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com cinco votos a favor dos Vereadores do PSD e duas abstenções dos Vereadores do PS aprovar a minuta do contrato da empreitada: “Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR) – Fase V – UP 11 (Vala da Cova)”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número três.---

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram oralmente a declaração de voto de vencido para registo na acta, que se reproduz: “Abstemo-nos quanto à decisão tomada, por não termos participado no procedimento anterior”. -----

-----**SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS**-----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

----- **1 – SIADAP – AVALIADORES E CCA (CONSELHO COORDENADOR - DE AVALIAÇÃO)** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “A Portaria n.º 759/2009 de 16 de Julho, procede à adaptação do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, ao pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. -----

----- 1. O pessoal não docente vinculado às autarquias locais, que prestam serviço nos estabelecimentos de ensino, são avaliados pelo respectivo director, que pode delegar essa competência (artigo n.º2, da referida portaria). -----

----- 2. De acordo com o n.º3, do artigo 3.º da referida portaria, torna-se necessário que a Câmara Municipal delibere a criação de uma secção autónoma do CCA (Conselho Coordenador de Avaliação), especificamente destinada à avaliação do pessoal não docente, por forma a que este processo se torne possível, viável e praticável. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Esta secção autónoma será presidida pelo Presidente da Câmara, que pode delegar essa competência num vereador (em regime de permanência a tempo inteiro), devendo a mesma integrar os directores dos agrupamentos de escolas respectivos” .-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a criação de uma secção autónoma do CCA (Conselho Coordenador de Avaliação), especificamente destinada à avaliação do pessoal não docente.-----

----- Mais deliberou que esta secção autónoma será presidida pelo Presidente da Câmara, que pode delegar essa competência num vereador (em regime de permanência a tempo inteiro), devendo a mesma integrar os directores dos agrupamentos de escolas respectivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 4 e o dia 15 de Janeiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO LEVADA A EFEITO

----- NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 17 DE DEZEMBRO DO ANO -----

----- TRANSACTO, REFERENTE AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA

----- ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE ARQUITECTURA (COM-----

----- AMPLIAÇÃO) DO CENTRO DE DIA, SITO NA RUA POETA -----

----- AFONSO DUARTE, FREGUESIA DE EREIRA, APRESENTADO POR---

----- ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E SOCIAL DE EREIRA -----

----- – PROCº. Nº. 311/2000 -----

----- Foi presente a informação DOT nº 02-TR/2010, de 07 de Janeiro de 2010 onde é proposta uma rectificação à deliberação levada a efeito na reunião do Executivo Camarário datada de 17 de Dezembro de 2009 e cuja rectificação consta da informação supra mencionada.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, rectificar a deliberação de 17 de Dezembro de 2009, de acordo com a informação dos serviços. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PEDIDO DE FRACCIONAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO** -----
----- **PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE CASA DE HÓSPEDES, EDIFÍCIO -** -----
----- **COMPLEMENTAR DE EVENTOS E MUROS, SITO NO LUGAR DE----** -----
----- **QUINTA DO MOURÃO, FREGUESIA DE TENTÚGAL, REQUERIDO --** -----
----- **POR NOVO RUMO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES DO** -----
----- **CENTRO, UNIPESSOAL, LDª. – PROCº. DE OBRAS Nº. 15/2008** -----

----- Foi presente a informação DOT nº 05-TR/2010, de 08 de Janeiro de 2010 onde é proposto o fraccionamento do pagamento de taxas relativas ao pedido de licenciamento mencionado em epígrafe, em sete prestações e de acordo com o calendário de pagamento constante da informação acima referida. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o pagamento fosse efectuado em 5 prestações trimestrais, com início em Fevereiro de 2010. A falta de pagamento de qualquer das prestações acarreta o vencimento imediato dos restantes. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – DESAFECTAÇÃO DE ÁREA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL -** -----
----- **PARA O DOMÍNIO PRIVADO RELATIVO À POSSÍVEL** -----
----- **OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PERTENCENTE À CÂMARA MUNICIPAL** -----
----- **POR CARLOS ALBERTO OLIVEIRA BEIRÃO, SITO NA RUA DO** -----
----- **TOJAL, FREGUESIA DE PEREIRA** -----
----- **– PROCº. DE OBRAS Nº. 358/2004** -----

----- O Presidente da Câmara propôs que este ponto seja retirado e que o senhor Vereador com competência nesta matéria redefina o procedimento, o qual deverá ser presente numa futura reunião de Câmara, caso se justifique. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **5 – PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO** -----
----- **CENTRO (PROT-C) – COMENTÁRIOS SOBRE A PROPOSTA DE** ---
----- **DEZEMBRO DE 2009** -----

----- Foi presente a informação nº A003/2010, de 14 de Janeiro, sobre a qual o Sr. Presidente da Câmara teceu algumas considerações sobre o assunto, dizendo que os prazos dados por algumas entidades impunham que a Câmara Municipal, até ao dia 15 de Janeiro tivesse dado um parecer sobre matéria que já tinha vindo a uma reunião de Câmara, com aprovações de Maio e Junho de 2009 e cuja introdução da plataforma de avaliação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, tem vindo a mitigar

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

essa mesma informação dada pelo Município de Montemor-o-Velho e que também cruza uma informação mais alargada, em termos territorial, com aquela que foi emitida pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. -----

----- Estas matérias prendem-se com algo muito sensível e muito importante, sobretudo no que diz respeito ao futuro e para o qual chama desde já a atenção, que a postura da Câmara Municipal tem que ser extremamente acutilante, do ponto de vista da garantia de que sejam incluídos nesse plano, pontos de análise e de estratégia que o município defende e que mantém rigorosamente como importantes para um futuro, em relação à coerência e compatibilidade, que possa permitir entre o PROT Regional e o PDM, haver uma consentaneidade e uma coerência, que permita a autorização do desenvolvimento de alguns dos investimentos e projectos que estão traçados estrategicamente. -----

----- Em relação ao documento que foi enviado, este alerta para as perspectivas de elementos cruciais, nomeadamente a questão da obra hidroagrícola do Baixo Mondego, a questão do Centro de Alto Rendimento, a questão do Parque Inovação Tecnológico para o Baixo Mondego, questões de linearidade funcional de circulação rodoviário e ferroviário. Questões, depois, mais de pormenor que até o próprio anterior Director de Departamento do Ordenamento do território, em Junho, tinha bem esclarecido que são as questões de compatibilidade entre o PROT e o PDM, onde são apontados questões que se prendem com IP's, com afectação de áreas, etc. -----

----- Estas questões foram discutidas pelo executivo anterior, em reuniões da Câmara Municipal de Maio e Junho, e foram aprovadas por unanimidade. E nunca é demais referir estas questões, para que começassem a ter uma linguagem semelhante, porque estas não têm a ver com divisões partidárias, mas sim com uma visão estratégica, e tem que ser salvaguardado que este eixo, sobretudo Coimbra/Figueira, onde Montemor, por estar no meio, é uma área territorial de excelência, do ponto de vista daquilo que se perspectiva e daquilo que é condicionado e daquilo que é condicionante, para que possam tomar uma posição clara, reivindicativa, mas ao mesmo tempo racional sobre estas circunstâncias. -----

----- O que fez chegar aos senhores Vereadores, foi o documento que entrou na plataforma, no passado dia 15, onde sobretudo reiteram as posições do executivo nas reuniões da Câmara Municipal de Maio e Junho. -----

----- Este não é um problema apenas de Montemor, uma vez que outros concelhos têm a mesma preocupação. É que foi apresentado um documento macro e um micro. O macro foi entregue pela Comunidade Intermunicipal e, cada um dos Municípios reiterou a sua

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

perspectiva mais subjectiva, mas sempre com uma coerência com o documento básico que fazia a transposição transversal do Território nesta região.-----

----- Solicita ao senhor Vereador do Pelouro que esteja atento em relação a este assunto, para que a Câmara possa fazer ou não a inclusão destas pretensões, da resposta que vão ter, porque se avizinha alguma celeridade, do ponto de vista da própria Comissão de Coordenação de Desenvolvimento regional para poder proceder às aprovações deste plano. -----

----- Contudo, acha que ainda falta garantir, e refere agora concretamente o que diz respeito ao Município de Montemor, que sejam salvaguardadas as pretensões que estão no documento. Caso contrário, o Município terá que ter uma posição antagónica, posição esta, que sabe que é comungada por outros municípios, que também não têm visto realizados estes aspectos. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que na sequência do que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, pretendia dizer-lhe com toda a clareza e de uma forma expressa, que mantém a mesma coerência e a mesma posição anterior. Mais: terá o incondicional e inequívoco apoio dos Vereadores do Partido Socialista, quando se debater e quando quiser usar a influência destes, no sentido da defesa dos interesses do Baixo Mondego e dos dez Municípios, não só de Montemor, mas sim na perspectiva mais macro. --

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----

-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

-----III - DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1 - DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

----- 1 - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA -----

----- RELATÓRIO FINAL/ADJUDICAÇÃO -----

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 124º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Aprovar o relatório final e adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente Nelcentro Construções, Lda. classificada em 1º lugar, pelo montante de 53.700,00€ (cinquenta e três mil e setecentos euros) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 5 meses. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Dois – Que a empresa apresente a caução e os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP - (Código dos Contrato Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----

----- POVOAÇÕES: FREGUESIA DE SANTO VARÃO (URBANIZAÇÃO --
----- DA LUZ) -----

----- RELATÓRIO FINAL/ADJUDICAÇÃO -----

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 124º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número seis. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que esta empreitada que irá ser levada a cabo pela Câmara Municipal, diz respeito às obras não executadas no loteamento da Urbanização da Luz em Santo Varão, em nome de Manuel Costa Faria, ao qual foi accionada a respectiva caução. Assim sendo, o pagamento da despesa inerente à obra, será efectuado através de uma conta de Operações de Tesouraria, onde se encontra depositado o valor da garantia bancária. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a Câmara Municipal deve ter em atenção a questão da segurança dos utentes porque nesta urbanização se verificam algumas situações perigosas, do ponto de vista da prevenção de acidentes. A prevenção que existe, ou o que existe é muito precário e mal concebido. -----

----- Chama a atenção, para que se evitem problemas futuros, para que se revejam todas as questões de segurança nesta urbanização. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o relatório final e adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente Centro Cerro, Lda., pelo montante de 131.052,30 € (cento e trinta e um mil cinquenta e dois euros e trinta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 180 dias.-

----- Dois – Que a empresa apresente a caução e os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP - (Código dos Contrato Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 3 – AMPLIAÇÃO DE REDE DE BT/IP NA RUA DOS NOBREZOS, -----

----- FREGUESIA DA CARAPINHEIRA -----

----- ORÇAMENTO DA EDP -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP na Rua dos Nobrezos na Freguesia da Carapinheira, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 1.033,65 € (mil e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. --

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 1.033,65 € (mil e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **4 – AMPLIAÇÃO DE REDE DE BT/IP NA RUA DAS GEIRAS, -----**

----- **CATARRUCHOS, FREGUESIA DE ARAZEDE -----**

----- **ORÇAMENTO DA EDP -----**

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP na Rua das Geiras, lugar de Catarruchos da Freguesia de Arazede, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 911,62 € (novecentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 911,62 € (novecentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **5 – “PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE -----**

----- **MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO -----**

----- **- PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO” -----**

----- **- PROJECTO, CADERNO DE ENCARGOS -----**

----- **- ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----**

----- Pretende esta Câmara Municipal levar a efeito a construção de um ascensor mecânico, que irá fazer a ligação entre o Centro Histórico da Vila e o Castelo, valorizando os percursos urbanos pedestres da encosta e a recuperação da ligação da Porta do Sol, com o centro da Vila de uma forma cómoda e segura. A construção deste percurso visa reverter o processo de abandono e envelhecimento da zona antiga, apoiando a mobilidade da população residente, incentivar o acesso dos visitantes ao Castelo através de um percurso interno e promover a valorização da Vila. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 1.400.000,00 € e o prazo de execução de 18 meses.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a posição da Bancada do Partido Socialista, já manifestada em reunião de Câmara anterior é de votar contra. Como já referiram não estão contra o projecto em si. Achem contudo que não se pode começar a construir a casa pelo telhado, ou seja, não podem construir o prédio sem fazer as obras de urbanização. A questão que se coloca é que consideram este projecto irrealista, não útil da forma como está a ser concebido e por isso a posição já assumida anteriormente de que são contra este projecto e necessariamente votam contra o procedimento, não por estar mal elaborado, mas sim pelo projecto em si. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP):-----

----- - Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Eng.^a, Vereadora – Presidente-----

----- - Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a – Vogal-----

----- - Luís Miguel Lopes da Costa, Téc. – Vogal-----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. -----

----- - Bruno Graça, Eng.º – Vogal -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 1 – REDE DE ESGOTOS DA PORTELA (ZONAS LIMÍTROFES): -----

----- FASE B – ETAR-----

----- RELATÓRIO FINAL/ADJUDICAÇÃO-----

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 124º do Decreto-Lei

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número sete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o relatório final e dar conhecimento do mesmo a todos os concorrentes, para efeitos do disposto nos artigos 270º e 271º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Decorrido o prazo referido no art.º 270º do Decreto-Lei acima mencionado, e caso não seja apresentado qualquer recurso, adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente Terraplanagens Alferope, Lda., classificada em 1º lugar, pelo montante de 399.077,85 € (trezentos e noventa e nove mil e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 270 dias. -----

----- Três – Que a empresa apresente a caução e os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP - (Código dos Contratos Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Quatro - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **2 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E
CONSERVAÇÃO DA ETAR DE EREIRA E DAS ESTAÇÕES
ELEVATÓRIAS DA REDE DE ESGOTOS DE MONTEMOR-O-VELHO,
QUINHENDROS E EREIRA-----
ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que o prazo da prestação de serviços para a exploração, manutenção e conservação da ETAR de Ereira e das Estações Elevatórias da Rede de Esgotos de Montemor-o-Velho, Quinhendros e Ereira, termina a 13 de Maio do corrente ano. Os Serviços informaram ainda que o preço base desta prestação de serviços é de 25.000,00 €.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convidem as empresas sugeridas pelos Serviços. -----

----- Três – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- -Adelino Caridade Miranda, Eng.º – Presidente -----

----- -Carlos Borges, Eng.º Civil-----

----- -Catarina Costa, Eng.ª. – Secretária-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. -----

----- Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a -----

----- Quatro – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **3 – ACIDENTE DEVIDO A TAMPA DE CAIXA DE VISITA DE ÁGUAS --
RESIDUAIS**-----

----- **RECLAMAÇÃO DE ANTÓNIO JOSÉ SANTOS CAVALEIRO** -----

----- Na sequência da reclamação apresentada pelo munícipe António José Santos Cavaleiro sobre o acidente ocorrido na estrada ex – EN 335 no lugar dos Pelames (Bombas da Galp) na Freguesia de Carapinheira, foi presente o respectivo processo acompanhado de uma informação dos serviços e de um orçamento que ascende a 295,22 € (duzentos e noventa e cinco euros e vinte e dois cêntimos) – IVA já incluído.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade assumir os prejuízos causados no veículo do munícipe António José Santos Cavaleiro, no montante de 295,22 € (duzentos e noventa e cinco euros e vinte e dois cêntimos) – IVA já incluído., devendo o mesmo apresentar os seguintes documentos: -----

----- Um - Livrete e Registo de Propriedade do veículo sinistrado, fazendo igualmente prova de que é legítimo proprietário do mesmo. -----

----- Dois – Documento (original) comprovativo do pagamento da quantia em causa. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **4 – ACIDENTE DEVIDO A TAMPA DE CAIXA DE VISITA DE ÁGUAS --
PLUVIAIS**-----

----- **RECLAMAÇÃO DE JOSÉ PAULO PARDAL DENTINHO** -----

----- Na sequência da reclamação apresentada pelo munícipe José Paulo Pardal Dentinho sobre o acidente ocorrido na Zona Industrial de Montemor-o-Velho (arruamento que vai da ex - EN111 para o lugar da Torre), foi presente o respectivo processo acompanhado de uma informação dos serviços e de um orçamento que ascende a 500,04 € (quinhentos euros e quatro cêntimos) – IVA já incluído.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade assumir os prejuízos causados no veículo do munícipe José Paulo Pardal Dentinho, no montante de 500,04 €

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

(quinhentos euros e quatro cêntimos) – IVA já incluído, devendo o mesmo apresentar os seguintes documentos: -----

----- Um – Livrete e Registo de Propriedade do veículo sinistrado, fazendo igualmente prova de que é legítimo proprietário do mesmo. -----

----- Dois – Documento (original) comprovativo do pagamento da quantia em causa. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 5 – FREGUESIA LIMPA 2010 – APROVAÇÃO DE NOVO -----

----- REGULAMENTO -----

----- No seguimento da criação do Dia Municipal do Ambiente (deliberado na reunião de Câmara de 30/10/2006) foi presente uma informação dos serviços acompanhado do novo Regulamento, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que tendo em atenção as circunstâncias decorrentes de um conjunto de obras que poderiam minorar uma avaliação mais perceptível e mais fundamentada, dentro do contexto do regulamento existente até à data, que valorizava paisagismo, a ambiência. Hoje, o que se está a procurar, é sensibilizar e muito bem os autarcas, para uma outra circunstância que se prende com a área ligada aos resíduos, ligada aos espaços verdes de jogos e recreio e, sobretudo, a parte envolvente daquilo que nos dias de hoje é significativo na imagem e na ambiência das vilas e aldeias deste concelho que tem a ver também com a questão dos contentores, a sua limpeza e a sua envolvimento. -----

----- Existe um conjunto de preocupações que pretendem, antes de mais, incentivar os autarcas, e sem discriminação nenhuma, eles são na sua maioria, pessoas com muita sensibilidade para estas matérias. -----

----- Por isso, a Câmara deverá estimulá-los e criar incentivos, através destes prémios. -----

----- Não se podem cingir às questões do Regulamento anterior, têm que estar mais ligados a outras questões como o aproveitamento dos resíduos como óleos, por exemplo, o seu tratamento e transporte e melhoria, questões que se prendem com a melhor fomentação de ocupação de alguns espaços, dando-lhe conversão para serem zonas verdes, zonas de espaços de recreio e jogos, que facilitem e melhorem, no entendimento entre o espaço natural e a cidadania. -----

----- Na sua opinião, não deve ser só a Câmara Municipal, enquanto “pagadora”, independentemente de ser associada a uma entidade que tem estas finalidades, a ERSUC, sabem perfeitamente que para além disso existem um conjunto de procedimentos que devem implementar e ao mesmo tempo habituar para que se melhorem as condições. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Existem pessoas que se queixam da falta de limpeza dos contentores, a periodicidade da limpeza, etc. Ai a Câmara Municipal de Montemor tem que aprender muito e corejar, designadamente o que é feito noutros concelhos.-----

----- As Comunidades Intermunicipais não devem ter apenas a preocupação de arranjar soluções territoriais para angariar mais fundos através do QREN, do QCA, etc. Têm que ir mais longe do que isso e criar procedimentos compatíveis entre os diferentes elementos que compõem hoje a gestão das autarquias. Um exemplo que demonstra a diferença e a destrinça entre dois municípios: A Câmara Municipal de Montemor apresenta em reunião de Câmara muitos procedimentos que se prendem com o aumento da extensão de iluminação e com os pontos de iluminação pública. Têm delegação de competências e transferências de verbas onde estas matérias não entram. Existem Municípios que ao contrário do que o Município de Montemor faz incluem essas alterações nas medidas compatíveis na delegação de competências. Significa que, eventualmente, os procedimentos menos transparentes e menos altruístas das extensões são comparticipadas numa proporção fixa pela própria autarquia local. Havendo compatibilidade de juntar essas formas a uma maior intervenção por parte do próprio autarca mais local, na preocupação de que ele próprio está a afectar rendimentos do seu órgão àquilo que é uma despesa pública. -----

----- Assim, em relação a esta matéria, gostaria de experimentar um procedimento diferente, não indo ao contexto do Regulamento anterior, abrindo uma perspectiva completamente nova, sobretudo em áreas que começa a ser muito importante que haja alguma formação cívica, seja ela do cidadão, seja ela politico responsável. -----

----- É por isso que deixa ali a pertinência da apresentação e da alteração deste Regulamento.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em complemento das palavras do Presidente da Câmara, e com as quais com concordam, considera que este prémio tem que ser atribuído não numa perspectiva visual, mas sim numa perspectiva mais estrutural e mais de acordo com outras prioridades. -----

----- Sugeriria que se deveria valorizar na atribuição deste prémio a promoção de campanhas de sensibilização e de eventos, que permitissem a divulgação e a sensibilização dos munícipes para estas matérias, porque não vale de nada, tanto a Câmara como as Juntas de Freguesia promoverem a "Freguesia Limpa", se depois os munícipes não estão sensibilizados. Era importante que no Regulamento se valorizasse este ponto e que este fosse um critério de avaliação. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, em relação a esta matéria, esta deve ser transmitida aos serviços e, sobretudo, às técnicas que estão mais ligadas a esta área para que analisassem se na composição aplicável do Regulamento este ponto pode ser evidenciado. -----

----- No entanto, e atendendo ao facto do Concelho de Montemor-o-Velho, se encontrar com muitas obras em diversas freguesias, não foi atribuído o Prémio de Freguesia Limpa – 2009, pelo que se propõe que ao primeiro lugar seja atribuído o montante de 600,00€ (seiscentos euros) e para o segundo lugar o montante de 400,00€ (quatrocentos euros). -----

----- A Câmara tomou conhecimento das propostas apresentadas e deliberou por unanimidade aprovar o projecto do novo Regulamento “Freguesia Limpa” e auscultar toda as Freguesias do Concelho, convidando-as a apresentar sugestões sobre a matéria. -----

----- Deliberou ainda mandar remeter oportunamente a versão final da proposta de Regulamento à Assembleia Municipal, para aprovação, de acordo com o disposto no n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – BIBLIOTECA MUNICIPAL – VI CONCURSO DE HISTÓRIAS E -----

----- ILUSTRAÇÕES: APRESENTAÇÃO DO PROJECTO: -----

----- REGULAMENTO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE -----

----- REALIZAÇÃO -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “ I – Apresentação do tema: -----

----- Não existe certamente melhor forma para exprimir os nossos sonhos que através das histórias. A Terra dos sonhos recria-se tantas vezes nos livros que povoam as estantes das bibliotecas, milhares de sonhos enchem páginas e páginas, tantos têm sonhado e passado esses sonhos para o papel. É pensando em soltar a imaginação das nossas crianças do 1º Ciclo que a Biblioteca Municipal Afonso Duarte, sugere para o Concurso de Histórias e Ilustrações de 2010 o tema: “Na terra dos sonhos...” -----

----- O que se pretende é que sob o tema genérico de: “Na terra dos sonhos...” as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho registem os seus escritos e que os ilustrem se assim o entenderem. -----

----- II – Regulamento -----

----- Proposta de documento anexado a esta informação -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- III – Projecto de divulgação -----

----- Como estímulo à apresentação de trabalhos e com o objectivo de dinamizar sessões de Leitura e expressão dramática junto das Escolas sobre o tema a concurso, a Autarquia tenciona manter para esta edição de 2010 a realização da divulgação junto das escolas. ----

----- No âmbito do Projecto: Livros Errantes já em marcha junto dos estabelecimentos concelhios do 1º Ciclo do Ensino Básico seria de todo o interesse integrar esta divulgação no âmbito das actividades de promoção do Livro e da Leitura que têm estado a decorrer, podendo ainda a Biblioteca Municipal socorrer-se das parcerias com a APPA/CDM. -----

----- IV – Cronograma de Realização do Projecto -----

----- FEVEREIRO/JUNHO 2010 – Setembro/Novembro 2010 -----

----- Novembro/Dezembro 2010 -----

----- Divulgação -----

----- Admissão dos Trabalhos -----

----- Apreciação dos Trabalhos – Divulgação dos seleccionados -----

----- Sessão de apresentação -----

----- V – Júri -----

----- O júri, responsável pela selecção dos trabalhos a concurso, será constituído por cinco elementos, com a seguinte distribuição individual: um representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho que presidirá, um representante da Direcção Regional de Educação do Centro, um escritor, um artista plástico e uma individualidade a convidar. -----

----- VI – Orçamento -----

----- Projecto de divulgação – 500€ -----

----- Prémios: Constituído por conjuntos de Livros – 200€." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Projecto, Regulamento, Orçamento e Cronograma do VI Concurso de Histórias e Ilustrações. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Emílio Torrão** -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **2 – XXIII CARNAVAL PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE** -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de que, no âmbito das comemorações dos 500 anos do nascimento de Fernão Mendes Pinto, a Câmara Municipal e a Associação Fernão Mendes Pinto, vão levar a efeito a XXIII Edição do Carnaval para a Juventude e Infância. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Assim, como forma de minimizar os custos com esta iniciativa, propôs a atribuição de um subsídio de 1.000,00€ à Associação Fernão Mendes Pinto, bem como o pagamento de 700,00€, pela sonorização da rua Dr. José Galvão e sonorização do anfiteatro à empresa "A Moagem" – Iluminações, Sonorização e Animação de Espectáculos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Voltou a tomar parte da reunião o Vereador Emílio Torrão** -----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

----- **1 – III GRANDE PRÉMIO MONTEMOR-O-VELHO DE MARCHA** -----

----- **ATLÉTICA - CAMPEONATOS DISTRITAIS DE MARCHA ATLÉTICA** --

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 1.050,00€ à Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, para apoiar a III Edição do Grande Prémio de Marcha Atlética de Montemor-o-Velho, que teve lugar no passado dia 9 de Janeiro do corrente ano e que contou com a participação de 135 atletas, em representação das Associações Distritais de Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **2 – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO AGRUPAMENTO DE** -----

----- **ESCOLAS DE MONTEMOR-O-VELHO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE** -

----- **TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços, de teor seguinte: -----

----- "Veio a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Montemor-o-Velho efectuar o pedido de reserva de espaço para utilização do Pavilhão Municipal, às 3.^a e 5.^a feiras das 13h45 às 14h45, durante o 2.º período escolar, para a realização de um torneio inter-turmas. -----

----- De acordo com o Regulamento do Pavilhão Municipal de Montemor-o-Velho, qualquer utilização da referida infra-estrutura pressupõe o pagamento das respectivas taxas. Contudo, veio o presidente da mencionada associação informar de que não dispõe de verbas para fazer face à totalidade da despesa inerente a esta utilização. -----
Face à tabela de taxas, alínea a) do n.º 3.2 do artigo 61.º, a utilização por parte desta associação de estudantes irá totalizar 110€ (cento e dez euros).-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Considerando o exposto e de acordo com o estipulado com o n.º 6 do artigo 20º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais poderá haver lugar à isenção ou redução de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal. Atendendo ao solicitado, e uma vez que este torneio é no interesse de todo o meio escolar e porque não dispõem os alunos, à data, de qualquer outro espaço para a prática desportiva, por motivos de obras nas instalações escolares, poderá o executivo municipal deliberar no sentido da redução de taxas, na percentagem que considere ajustada, se entender que esta actividade é relevante para o desenvolvimento e promoção desportiva para todos os alunos da Escola Secundária de Montemor-o-Velho." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, autorizar a realização do torneio inter-turmas às 3.ª e 5.ª feiras das 13h45 às 14h45, durante o 2.º período escolar, no Pavilhão Municipal, de acordo com o pedido efectuado pela Associação de Estudantes da Escola Secundária de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais deliberou, de acordo com a Tabela de Taxas de Outras Receitas Municipais do Município de Montemor-o-Velho, aprovar uma redução de taxas de 50%, sobre o valor de 110€, devendo a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Montemor-o-Velho pagar 55 € (cinquenta e cinco euros). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeito imediatos. -----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

----- 1 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, de acordo com a legislação em vigor, designadamente a Lei n.º 33/98 de 18 de Julho - Conselhos Municipais de Segurança, que define as funções, objectivos e as competências, bem como a composição do referido Conselho, a Câmara Municipal deliberou, em 15 de Fevereiro de 2002 e aprovou a proposta de composição do Conselho Municipal de Segurança. Este teve na sua origem uma Comissão de trabalho para a sua constituição, bem como para a elaboração do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança. A 6 de Março de 2002 foi efectuada uma reunião, por forma à elaboração do documento em causa (Regulamento Provisório de Constituição do Conselho Municipal de Segurança). -----

----- Tinha informado em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 21 de Junho de 2002, que o CMS tomaria posse no dia 28 de Junho de 2002, na Assembleia Municipal, conforme listagem que consta como documento anexo à presente acta sob o número nove. - -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Assim, o Conselho Municipal de Segurança será composto pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente da Assembleia Municipal, o Coordenador da Protecção Civil, que não existe na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pelos Presidentes de Junta de Freguesia, um representante do Ministério Público da Comarca, o comandante das forças de segurança presentes no território do Município, neste caso o Comandante do Destacamento da GNR e o Comandante do Posto da GNR, o comandante dos serviços de protecção civil e dos bombeiros, nesta caso o Comandante dos Bombeiros Voluntários, um representante do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, um representante do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, um representante do Centro de Saúde, o Delegado de Saúde Adjunto do ACES Baixo Mondego, um representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor o Velho (CPCJ), cinco representantes das IPSS'S e Misericórdias do Concelho, um representante da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa (Carapinheira, Pereira e Verride), dois representantes da Comissão Instaladora da Associação de Empresários de Montemor, que neste momento não existe, representantes da CGTP distrital e da UGT, seis elementos indicados pela Assembleia Municipal e um funcionário Técnico-Administrativo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- Em relação a estas nomeações, como se verifica, existe uma serie de representantes que são designados pelas entidades. Em relação à Assembleia Municipal a designação dos seis elementos já foi efectuado. No caso das IPSS's foram nomeados no dia 15 de Janeiro do corrente os cinco representantes, que são a Associação Fernão Mendes Pinto, o Centro Paroquial e Social da Carapinheira, o Centro Social e Paroquial de Solidariedade de Santo Varão, a Associação de doadores de Sangue e Apoio Social do baixo Mondego e o Centro Social e Cultural da Bunhosa, para que se fizessem as convocatórias para a reunião que terá lugar no dia 29 de Janeiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a composição do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o atrás exposto e com o documento que consta como anexo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, de acordo com a legislação em vigor - Lei de Bases da Protecção Civil – Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, bem como a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal e estabelece a organização dos Serviços Municipais de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

Protecção Civil, determina ainda que cada Município deverá constituir uma Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC). Nos termos do n.º1 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, esta comissão deve assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de protecção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, possa garantir os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, em 27 de Outubro de 2008, a criação e a respectiva composição da CMPC, nos termos da legislação já mencionada, conforme quadro que consta como documento anexo à presente acta sob o número dez.-----

----- Assim, a Comissão Municipal de Protecção Civil será constituída pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Comandante Operacional Municipal, um elemento do Comando do Corpo de Bombeiros existente no Município, um elemento das Forças de Segurança presentes no município, a Autoridade de Saúde do Município, o Director Máximo da Unidade de Saúde local ou o Director do Centro de Saúde e o Director do hospital da área de influência do município, designados pelo Director-Geral de Saúde, um representante dos Serviços de Segurança e Solidariedade Social, um representante a designar entre os 3 Núcleos da Cruz Vermelha existentes no Município (Delegação da Cruz Vermelha da Carapinheira; Delegação da Cruz Vermelha de Pereira E Delegação da Cruz Vermelha da Verride), um representante do sector industrial, dois representantes dos Agrupamentos de Escolas Concelhias, três representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Município, um representante das Associações locais de cariz ambiental (Liga dos Amigos dos Campos do Mondego), um representante da Associação de Beneficiários da Obra do Fomento Hidroagrícola de Baixo Mondego, um representante da ARH do Centro, um representante do INAG (Instituto da Água) e os Presidentes das Juntas de Freguesia do Município. -----

----- Mais disse ainda que em relação às Delegações da Cruz Vermelha do Concelho decidiram que no primeiro biénio será a Delegação da Carapinheira que fica representante, no segundo biénio ficará a Delegação da Cruz Vermelha de Pereira. -----

----- No que diz respeito aos Agrupamentos de Escolas houve também o entendimento de “partir” o mandato da seguinte forma: a Associação Diogo de Azambuja e o agrupamento de Escolas de Arazede representam o primeiro biénio. No biénio seguinte, serão representantes, o Agrupamento de Escolas de Montemor e o Agrupamento de Escolas da Carapinheira. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

----- Relativamente às IPSS's foram eleitos três representantes: a Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira, O centro Paroquial e Social de Meãs e a Santa Casa da Misericórdia de Pereira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a composição do Comissão Municipal de Protecção Civil, de acordo com o atrás exposto e com o documento que consta como anexo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – PROTOCOLO PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL A -----

----- INTEGRAR AS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) ---

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “ Em relação ao assunto mencionado em epígrafe e na sequência da assinatura do Protocolo para o Enquadramento de Pessoal a Integrar as EIP's, entre o Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros de Montemor-o-Velho, o qual foi presente a Reunião de Câmara de 4 de Fevereiro de 2008 e a Reunião Extraordinária de Câmara de 3 de Dezembro de 2007, foi deliberado por unanimidade aprovar o Protocolo em causa. -----

----- Uma vez que a Câmara Municipal pretende mensalmente comparticipar com um montante de 4.750,00€, (ocorrendo um aumento de cerca de 2%, em relação ao ano anterior), a título de subsídio, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, por forma à manutenção da respectiva Equipa de Intervenção Permanente, e da Central de Comunicações da Protecção Civil, que se encontram localizadas no Quartel dos Bombeiros Voluntários, dever-se-á submeter o assunto a Reunião de Câmara, para deliberação”. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio mensal no montante de 4.750,00€, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, por forma à manutenção da respectiva Equipa de Intervenção Permanente, e da Central de Comunicações da Protecção Civil. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- ENCERRAMENTO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Janeiro 18

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas e trinta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a